

O meio de ter ideias imprevistas: Lévi-Strauss, fichas e fichários

LUÍSA VALENTINI

Em entrevista com Lévi-Strauss realizada em 1998, Beatriz Perrone-Moisés lhe pergunta sobre as fichas como instrumento de trabalho.

B. P.-M.: Falemos então sobre os seus modos de fazer antropologia ou, mais precisamente, análises de mitos. O senhor mencionou algumas vezes que trabalhava com fichas e, ao longo da elaboração das *Mitológicas*, as espalhava às vezes sobre a mesa, onde elas de certo modo assumiam configurações que lhe revelavam relações. Como são essas “fichas de mitos”? Posso ver algumas?

L.-S.: Eu não trabalhava exatamente com fichas de mitos, esse é meu modo de trabalhar em geral. Faço muitas fichas. Meus ficheiros estão em casa, não tenho nenhuma ficha aqui... Mas não há nada de especial em minhas fichas. Algumas contêm referências, outras uma ou várias frases que li num livro e que chamaram minha atenção, ou uma idéia que tive e transcrevi numa ficha. Podem ser acerca de mitos, ou de livros, podem ser acerca de um objeto que vi, ou de uma idéia que me ocorreu. Em relação aos mitos, podem conter versões completas, às vezes há páginas dobradas no formato de uma ficha, colocadas nos ficheiros, às vezes são resumos... Nada de organizado. Quando me falta inspiração, quando estou sem idéias, pego um monte de fichas — eu deveria colocar isso no imperfeito, porque se refere ao tempo em que eu trabalhava — e, só de espalhá-las, misturá-las, agrupá-las ao acaso, às vezes me vem uma idéia.

B. P.-M.: Não se pode então falar num método de fazer fichas, ou de utilizá-las...

L.-S.: Não, nenhum. Ao contrário, eu diria que as fichas, para mim, são exatamente o oposto de um método, são o meio de ter idéias imprevistas.

É digna de nota a esquivia de Lévi-Strauss. A entrevistadora recupera um dos procedimentos fundamentais da análise estrutural do mito, o do recorte de uma versão de um mito numa série de mi-temas distribuídos em fichas, e Lévi-Strauss imediatamente tenta escapar à ideia de hiperordenamento que recorrentemente se associa ao seu pensamento. Para isso, ele primeiro observa que as fichas são um modo de trabalhar “em geral” – o que, noto, se aplica a algumas gerações de pesquisadores de diferentes áreas, treinados para modelar o trabalho intelectual por meio da constituição de um catálogo pessoal

de leituras (o fichário) que possam ser facilmente recuperadas na preparação de seus próprios produtos, e também para planejar o encadeamento de argumentos, casos e referências em seus textos. Em seguida, ele contextualiza as fichas num ambiente doméstico, do trabalho individual (“meus ficheiros estão em casa...”). Neste desvio – senão desencontro – se delinea a imaginação de dois contextos de uso desses artefatos mediadores da produção do saber: de um lado, a construção das proposições que constituem um sujeito-autor individual; de outro, as formulações procedimentais, metodológicas, que se pretendem replicáveis por outros pesquisadores. As fichas de papel prestam-se a ambos propósitos, não somente como artefato material, mas como suporte de certa imaginação da ciência, em apresentação menos rígida e mais idiossincrática no primeiro, como instrumentos de uma fase intermediária da produção de análises, proposições e teses; e em formato padronizado no segundo, servindo à integração de um corpus de materiais heterogêneos num catálogo que os torna, de algum modo, comparáveis. Este instrumento tão rotineiro no século XX – mas que hoje perde familiaridade – é, em Lévi-Strauss, *bom para pensar* a oficina antropológica, e por isso nos oferece um modo de leitura de seus procedimentos de interpretação e evidenciação, útil tanto ao ensino de antropologia, quanto a uma reflexão histórica sobre a disciplina, seu vocabulário de pensamento e suas condicionalidades.

Os leitores de Lévi-Strauss conhecem bem a sensação dúbia suscitada pelas suas apresentações. O maravilhamento de se acompanhar as passadas firmes da construção sistemática, do ir e vir entre hipóteses, e da ambição do horizonte de sua *démarche* muitas vezes se inverte na desconfiança com as racionalizações excessivas, e nas sensações de incapacidade de se acompanhar seus movimentos, e mesmo de enredamento e de logro – a ambiguidade da surpresa. Na produção deste efeito, alguns ingredientes são facilmente reconhecíveis. Um deles é a erudição, que intimida quem queira reorganizar para um teste os vários elementos por ele alinhavados. Outro é a narração sistemática dos seus procedimentos de teste (sobretudo nos textos que precedem as *Mitológicas*, em que se fundamenta o método estruturalista), que oferece ao leitor a oportunidade da dúvida, mas cuja acumulação pode se tornar labiríntica. Ambas se desenvolvem sustentadas pela capacidade e o apreço pela nuance, pela desconfiança e pela ironia. Todos estes ingredientes têm muito a ver com o recurso às fichas de papel, que reaparecem de maneira pontual, mas significativa em sua trajetória intelectual.

Proponho aqui observar as diferentes declinações deste artefato em Lévi-Strauss, antes de mais nada, como modo de lembrar que sua performance foi muito bem sucedida não apenas como sujeito-autor, mas também como homem de instituição,¹ cuja trajetória é atravessada a todo tempo pelo engajamento na dimensão coletiva da pesquisa. Já em sua vinda a São Paulo (1935-39), quando ainda busca a experiência de campo que lhe conferirá as credenciais de antropólogo, ele procura estabelecer aqui um centro de pesquisas em antropologia (um “Instituto de Antropologia Física e Cultural”), e dá início

1 Expressão usada por Isac Chiva (2004) no *Cahiers L'Herne* editado em homenagem a Lévi-Strauss. Chiva explicita o paradoxo entre o Lévi-Strauss autor e o homem de instituição: “Do Laboratório de Antropologia Social, pode-se dizer que foi a instituição lévi-straussiana por excelência, pois, eleito ao Collège de France em 1958, este solitário que não precisava de ninguém para construir a obra que conhecemos, tão logo entrou quis dotar sua cadeira de antropologia social de uma oficina que poria meios de trabalho à disposição da comunidade etnológica: ensino, documentação, biblioteca, logística para as pesquisas de campo e, sobretudo, meios de publicação, revistas e coleção de livros. Era, no espírito de Claude Lévi-Strauss, o único caminho para reequilibrar uma disciplina despedaçada, sem verdadeira base universitária, que se interessava muito em certas partes do mundo – a África negra, por exemplo – e pouco por outras, como as Américas indígenas, a Oceania ou, então, a Europa” (traduzido por mim, bem como as outras citações de fonte francesa).

a uma colaboração estável com o Museu do Homem. Nos Estados Unidos, participa da produção da primeira grande obra de referência sobre os povos indígenas da América do Sul, o *Handbook of South American Indians* editado por Julian Steward. De volta à França, além de já assumir atividades como professor universitário na Escola Prática de Altos Estudos de Paris, ele integra os quadros do Museu do Homem e torna-se secretário-geral do Conselho Internacional das Ciências Sociais da recém-fundada Unesco. Nos anos 1960, o ingresso no Collège de France lhe permitirá constituir um Laboratório de Antropologia Social pensado, antes de mais nada, como espaço de trabalho coletivo – e mais, dirá Isac Chiva (2004), de fortalecimento de uma disciplina pensada enquanto tal.

Neste artigo, procuro mostrar o lugar fundamental do fichário padronizado na imaginação lévi-straussiana da institucionalidade antropológica, como instrumento de conversão dos muitos repertórios acessados por pesquisadores na construção de formulações multi-escalares – o que, no repertório antropológico clássico, foi chamado de análises comparativas. E, para fazer justiça à fineza de seu pensamento, voltarei num segundo momento à esquiwa deste homem nonagenário, aquele em que ele tangencia uma dimensão de intimidade, intuição e fabulação de seu trabalho – o que ele chama “o oposto de um método”.²

“A estrutura dos mitos” (1955): fichas-baralhos-mapas

Tomemos como primeiro foco desta observação o texto ao qual a pergunta feita por Beatriz Perone-Moisés remete de modo mais imediato. O artigo “A estrutura dos mitos”, publicado em 1955 no *Journal of American Folklore* e republicado três anos mais tarde em *Antropologia estrutural*, constitui uma peça central na divulgação da análise estrutural de repertórios mitológicos. Em retrospecto, essa demonstração metodológica se reveste de uma aura de audácia, tanto pela elegância da prosa e ambição analítica, quanto pelos momentos e movimentos que causaram e ainda causam o estranhamento de sucessivas gerações de leitores. Refiro-me especialmente ao tortuoso caminho que Lévi-Strauss traça entre Édipo e os Zuñi do Novo México como caso demonstrativo do método, e à proposição da chamada “fórmula canônica do mito”, que suscita tanta insegurança e silêncios numa disciplina o mais das vezes distante da matemática e das ciências duras.

Nosso olhar se encaminhará não a estes focos principais, mas aos instrumentos de pensamento e apresentação que familiarizam o leitor ao procedimento estruturalista. Quem folheia esse artigo nota, antes mesmo da leitura, o recurso a diagramas onde se dispõem as relações estruturais multidimensionais que ele destrincha em suas análises. Destaca-se entre eles uma forma tabular inicial que localiza, em cada versão de uma narrativa, aquilo que Lévi-Strauss circunscreve como as unidades constitutivas dos mitos, e portanto unidades mínimas de trabalho: os mitemas,³ acontecimentos e relações contados

2 A apresentação tangencia, deste modo, diferentes circunstâncias biográficas. Para elas, ver os livros de Denis Bertholet (2005), que sistematiza materiais públicos, e a magistral biografia feita por Emmanuelle Loyer (2015), um retrato do homem e seu tempo feito com acesso ao arquivo pessoal de Lévi-Strauss. No que há aqui de atenção ao manejo, produção e exibição de artefatos e pessoas, e de carinho a certa perspectiva pragmática do signo, explícito as influências dos melanesianistas Roy Wagner, Marilyn Strathern e Alfred Gell, e de Michel Foucault.

3 Em analogia com os fonemas, os morfemas e os semantemas localizados na linguística que o informa teoricamente, isto é, a linguística estrutural fundada nos trabalhos de Saussure e Troubetzkoy.

pelo mito, cada um deles transcrito de forma isolada em uma pequena ficha de papel-cartão. Esta forma tabular é apresentada primeiro em abstrato, pelo recurso a números facilmente reagrupáveis, e a um campo semântico recorrente em sua obra, o da música – no caso, na sua forma transcrita em partitura.

O mito será manipulado como se fosse uma partitura musical que tivesse sido transcrita por um apreciador perverso, uma pauta depois da outra, na forma de uma série melódica contínua, e que tentássemos restituir em seu arranjo inicial. Algo como se nos fosse apresentada uma série de números inteiros, do tipo 1, 2, 4, 7, 8, 2, 3, 4, 6, 8, 1, 4, 5, 7, 8, 1, 2, 5, 7, 3, 4, 5, 6, 8 e nos fosse pedido que agrupássemos todos os 1, todos, os 2, todos os 3 etc., num quadro:

1	2		4		7	8
	2	3	4	6		8
1			4	5	7	8
1	2			5	7	
		3	4	5	6	8

(Lévi-Strauss [1955] 2008: 229)

Num movimento de humor apenas aparentemente autodepreciativo, Lévi-Strauss prepara seu público para a estranheza de sua proposta, comparando-se ao camelô que, usando de eloquência e performance demonstrativa, mostra aos passantes “o funcionamento da engenhoca que se quer vender aos curiosos”. A estratégia de apresentação funciona, porque – como engenhoca que se preze – o procedimento é simples, e familiar a quem já tenha jogado baralho, remetendo tanto à composição dos jogos pelos participantes, quanto à arrumação antes e depois da partida inicial, quando se verifica se o baralho está completo, número a número e naipe a naipe.

Após esta exposição em abstrato, vem uma segunda tabela, onde se mostra sucintamente o recorte e a disposição de mitemas numa versão de trabalho do mito de Édipo – cuja seleção, a essa altura do texto, é justificada modestamente por questões de conveniência de exposição (“tem a vantagem de ser conhecido por todos, o que nos dispensa de contá-lo”).

Cadmo procura sua irmã
Europa, raptada por Zeus

Os Espartoi se exterminam uns aos outros

Édipo mata seu pai, Laio

Édipo se casa com Jocasta,
sua mãe

Etéocles mata seu irmão,
Polínice

Antígona enterra Polínice,
seu irmão, desrespeitando a proibição

Cadmo mata o dragão

Lábdaco (pai de Laio) = “manco” (?)

Laio (pai de Édipo) = “desajeitado” (?)

Édipo imola a Esfinge

Édipo = “pé inchado” (?)

Nessa tabela de trabalho, os mitemas são organizados em colunas conforme o “feixe de relações” a que pertencem – no caso, “relações de parentesco superestimadas” (coluna 1), “relações de parentesco desvalorizadas” (c. 2), “monstros e a sua destruição/negação da autoctonia humana” (c. 3) e “dificuldade de andar direito” (c. 4). A sua ordem original é preservada por meio do posicionamento de cada mitema uma linha abaixo do mitema anterior. As razões desse agrupamento, Lévi-Strauss as apresenta nas páginas seguintes, cujos sentidos podem ser revisitados no próprio texto. Mais importante para a presente observação é a imagem subsequente, legendada “figura 16”, que representa uma série de quadrados numerados – embora de modo tão abstrato que não é raro o leitor não entender o que significa. Vale reunirmos as etapas do trabalho relatadas por Lévi-Strauss.

Até o momento, utilizamos a seguinte técnica: cada mito é analisado independentemente, buscando-se traduzir a sucessão dos acontecimentos por meio de frases o mais curtas possível. Cada frase é inscrita numa ficha que leva o número correspondente a sua posição no relato. Percebe-se que cada carta consiste na atribuição de um predicado a um sujeito. Em outras palavras, cada grande unidade constitutiva tem a natureza de uma *relação* (ibidem: 227, grifo do autor).

Para cada uma [das] variantes será construído um quadro em que cada elemento será colocado a fim de permitir a comparação com o elemento correspondente dos demais quadros [...] Teremos assim vários quadros bidimensionais, cada um deles dedicado a uma variante, e que poderão ser justapostos como planos paralelos, de modo a obter um conjunto tridimensional, que pode ser “lido” de três modos diferentes – da esquerda para a direita, de cima para baixo e da frente para trás (ou o inverso). Os quadros jamais serão idênticos, mas a experiência comprova que os afastamentos diferenciais que serão facilmente percebidos apresentam entre eles correlações significativas que permitem submeter o conjunto a operações lógicas, por simplificações sucessivas, chegando por fim na lei estrutural do mito em questão.

Tendo exercitado o método estrutural na análise dos sistemas de parentesco desde a preparação da tese *As estruturas elementares do parentesco* (1949), e na análise de mitos – como ele mesmo nos conta em nota – durante ao menos dois anos letivos (do outono de 1952 à primavera de 1954) na cadeira de ciências religiosas da École Pratique des Hautes Études, Lévi-Strauss conhece bem o risco da vertigem analítica do método estrutural na passagem entre diferentes contextos e escalas culturais, geográficos e históricos. O deslizar vertiginoso do nível do mitema às comparações entre grandes complexos culturais distantes no tempo e no espaço se faz no próprio texto, quando o autor lança uma pedrinha por sobre o imenso vão entre a antiguidade clássica e os Zuñi do Novo México, cujos mitos de emergência constituem o caso principal – e de maior interesse – da demonstração. Dito de outro modo, o mito de Édipo serve à demonstração do procedimento microscópico de localização dos mitemas, mas também aponta um rendimento comparativo bem mais vasto deste instrumental, já indicando o projeto teórico de identificar “um modo universal de organizar os dados da experiência sensível” (ibidem: 243), que ele sistematizará em *O pensamento selvagem* (1962) e explorará nas *Mitológicas*.

Não será banal lembrar as características dos cartões de papel que fazem deles suportes ideais para mediar estas translações. A primeira é serem suficientemente duros para ficarem em pé e, nesta

posição, poderem ser conservados e folheados dentro de uma caixa, pasta ou gaveta (sendo, para isso mesmo, cortados em formato retangular). A rigidez do material também permite seu manejo seguro por embaralhamento ou por dispersão sobre uma superfície⁴O recorte em tamanho pequeno exige a concisão e a seleção criteriosa dos elementos relevantes ao trabalho em pauta. A plasticidade específica das fichas de cartão é útil, assim, pela mesma razão que delas se fazem os baralhos – conjuntos de inscrições diferencialmente correlacionadas, passíveis de combinações e agregações muito diversas e intercambiáveis – porque estruturadas.

Assim se, no empreendimento arriscado de organizar mitos próximos e distantes no tempo e no espaço e a um só golpe parecidos e diferentes entre si, o procedimento de recorte do material de origem for sistemático, a ficha do mitema e o quadro de fichas relativo a cada versão analisada ajudam o antropólogo a manter o rigor e não se perder em suas próprias observações, conferindo-lhes um substrato material e sustentando a marcha lenta de um procedimento laboratorial padronizado. Não menos importante, a apresentação organizada em torno da materialidade das fichas de mitemas e quadros de mitos auxilia o próprio leitor a acompanhar os passos de Lévi-Strauss em direção a um procedimento inteiramente novo, no qual a conformação dos conjuntos de interesse do antropólogo e seus deslocamentos entre estes conjuntos – os grupos de transformação, tão diversos dos complexos culturais até então descritos pela disciplina – se faz por meio de pressupostos e operações bem distintos do programa comparativo que o precedia.

Seja na aceção de procedimentos combinatórios, seja na atenção à teoria dos jogos de Neumann e Morgenstern, o embaralhar e desembaralhar ganham força em outro texto de Lévi-Strauss publicado no mesmo ano, “*Les mathématiques de l’homme*”, onde Lévi-Strauss defende uma atenção mais qualificada das ciências humanas e sociais a instrumentos fornecidos por outras matemáticas que não a estatística: “a teoria dos conjuntos, a teoria dos grupos, a topologia etc.” (Lévi-Strauss [1955b] 2004: 29). Mas, ainda em “A estrutura dos mitos”, Lévi-Strauss extrai da imagem do baralho – inserida num contexto de grande inteligibilidade na França, o da cartomancia e do tarô⁵ – um outro tipo de exigência.

Suponhamos um observador que não conheça nossas cartas de baralho e que escute uma vidente durante um tempo considerável. Ele vê e classifica os clientes, adivinha suas idades aproximadas e a situação social, observa-lhes o sexo, a aparência etc., um pouco como o etnógrafo sabe algo a respeito das sociedades cujos mitos estuda. Nosso observador escuta as consultas, grava-as até, para poder estudá-las e compará-las à vontade, como fazemos igualmente com nossos informantes indígenas. Se o observador for perspicaz, e se colher informações suficientes, será possivelmente capaz de reconstituir a estrutura e a composição do baralho utilizado, isto é, o número de cartas – 32 ou 52 – repartidas em quatro séries homólogas compostas das mesmas unidades constitutivas (ibidem: 228).

4 Uma foto de Éric Brochu que acompanha a entrevista a Perrone-Moisés mostra uma *assemblage* tridimensional mais complexa, que talvez use um papel menos duro.

5 Beatriz Perrone-Moisés ressalta em suas aulas, aliás, um aspecto importante na construção dos textos de Lévi-Strauss, o recurso a um repertório cotidiano para o público francês, como o mito de Édipo, conhecido fosse pela presença da cultura clássica no currículo escolar, fosse pela penetração e popularidade da psicanálise na França dos anos 1950, e a própria figuração doméstica e corriqueira do *bricolage*.

As séries do baralho só poderão ser desvendadas pelo observador através de um trabalho de decomposição da fala e do contexto das consultas, e recomposição das séries de unidades, e esse trabalho sistemático exige certo perfil de pesquisador – Lévi-Strauss faz questão de notar que esse observador só será bem sucedido na tarefa se “for perspicaz”, e “se colher informações suficientes”. Esses dois atributos do antropólogo se aplicam ao campo tanto quanto ao gabinete, e as suas condições institucionais são temas que marcam a relação desse autor com a antropologia desde os momentos mais iniciais de sua carreira, em sua experiência como professor da Universidade de São Paulo, que será o próximo foco deste texto. Quase no fim do artigo, aproveitando o calor residual entre a apresentação da fórmula canônica do mito e a enumeração apoteótica dos efeitos teóricos do experimento, Lévi-Strauss canta a imagem de uma oficina ideal para a produção em larga escala da análise estrutural dos mitos, imagem melancólica, pois indissociável dos obstáculos que se interpõem a seu estabelecimento:

É lamentável que as precárias condições da pesquisa científica na França não permitam, por enquanto, levar adiante o trabalho. Os textos míticos são extremamente volumosos. Sua análise em unidades constitutivas exige um trabalho de equipe e pessoal técnico. Uma variante de dimensão mediana fornece várias centenas de cartas. Para descobrir a melhor disposição dessas cartas em colunas e linhas, seria preciso dispor de fichários verticais de aproximadamente 2 m x 1,50 m, providos de compartimentos em que as cartas pudessem ser repartidas e deslocadas à vontade. E, se nos propusermos a elaborar modelos tridimensionais, para comparar variantes, serão necessários tantos fichários quanto variantes, bem como espaço suficiente para movê-los e dispô-los livremente. Finalmente, se o sistema de referência lançar mão de mais de três dimensões (o que pode ocorrer rapidamente [...]), será preciso recorrer às cartas perfuradas e à mecanografia. Sem esperanças, por enquanto, de conseguir nem mesmo locais indispensáveis para constituir uma única equipe, contentar-nos-emos com apresentar três observações, à guisa de conclusão desta apresentação (Lévi-Strauss [1955a]: 247).

Se ainda hoje é disputada a significância do trabalho de campo na trajetória deste que, pejorativamente ou não, é talvez o último grande antropólogo de gabinete desde James Frazer e Marcel Mauss, nem sempre se nota que a investigação de gabinete constitui para Lévi-Strauss um trabalho na sua acepção mais material de produção de um fichário e de quadros de fichas montados e desmontados por equipes de pesquisadores. O laboratório imaginado em 1955 se reconhece, no entanto, como uma quimera provavelmente irrealizável. Embora “A estrutura dos mitos” esteja, como texto de demonstração metodológica, em suas antípodas, na ambivalência entre modéstia e ousadia, expectativa e frustração ele se revela irmão gêmeo de *Tristes trópicos*, publicado no mesmo ano e sob a estrela do mesmo limbo em que Lévi-Strauss se sentia na França.

1955 foi, segundo o próprio Lévi-Strauss, um ano de horizontes obscuros. Desapontado com dois insucessos em candidaturas ao Collège de France, e alocado numa seção da Escola Prática de Altos Estudos com a qual não sentia afinidade, a de Ciências Religiosas, ele narrou, mais tarde, estar então incapaz de imaginar naquele momento a inversão de cenário que se lhe apresentaria, pouco depois, com a publicação de *Tristes trópicos* e sua eventual acolhida no posto almejado, que vem a transformá-

-lo num monumento vivo do pensamento francês. A acolhida no Collège de France em 1959 inverte a situação de Lévi-Strauss quatro anos antes ainda em outro sentido: se as únicas propostas interessantes de trabalho que ele recebe em 1955 vêm de instituições americanas através de Alfred Kroeber e de Talcott Parsons, com os anos 1960 começa a se instalar a vívida desconfiança do meio antropológico norte-americano ao estruturalismo que, salvo algumas notáveis exceções, perdura até hoje.⁶

Situarmo-nos nesse ponto de inflexão, queda-livre em que Lévi-Strauss ainda não sabe se se arrebenta ou se voa de uma vez, parece contribuir para um efeito importante deste jogo de imagens entre o sujeito-autor e a instituição, o de voltarmos ao pesquisador ainda não monumentalizado: o professor universitário francês vindo de uma carreira heterodoxa, passando por uma universidade recém-criada no Brasil e um período de exílio nos Estados Unidos, que trabalha na reconstrução de seus vínculos com a escola durkheimiana, mas marcado pela evasão do percurso local e pela apresentação de uma tese de doutoramento que gera, num primeiro momento, muito mais resistências que reconhecimento (Peixoto 1998; Lanna 2008).

Fichário-mapa

A quimera e a melancolia do laboratório imaginado em “A estrutura dos mitos” refiguram curiosamente a interação de Lévi-Strauss com a Universidade de São Paulo, vinte anos antes. Uma de suas primeiras incursões em terreno antropológico, ainda antes de viajar ao encontro dos Bororo e dos Kadiwéu, é um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1935, intitulado “Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural”.⁷

O jovem professor da segunda cadeira de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras contava então 26 anos e já começava a direcionar os programas de seus cursos para leituras das escolas americana e britânica de antropologia, o que gerou tensão com a Universidade, que esperava dele o ensino da sociologia durkheimiana. O Instituto delineado por Lévi-Strauss busca uma solução para esse conflito entre instituição e vocação – evidentemente ambiciosa para um jovem professor sem qualificação, nem experiência na área – espelhando-se em modelos como o Museu Etnográfico do Trocadéro, remodelado naqueles anos no Museu do Homem, o Royal Anthropological Institute, e o Bureau of American Ethnology da Smithsonian Institution. O novo instituto se dedicaria à sistematização de fontes e coleções sobre a história das diferentes populações do Brasil e da América do Sul, ainda escassamente organizadas no período, e à formação de novos pesquisadores que trabalhariam em campo e em arquivo. Sua atividade principal seria formar repertórios organizados – listagens, catálogos, cole-

⁶ Vale notar que a resenha de Maybury-Lewis (1969) sobre a segunda das *Mitológicas*, *Do mel às cinzas*, repercute com grande incômodo a ambiguidade entre as imagens da cientificidade e do improviso na construção dos trabalhos de Lévi-Strauss, evocando principalmente, em chave negativa, o *bricolage* e a prestidigitação.

⁷ Este item parte recupera parte de minha pesquisa de mestrado, feita com bolsas PIBIC/CNPq e FAPESP, a respeito da gestão da Sociedade de Etnografia e Folclore no encontro de Lévi-Strauss, junto a sua então esposa Dina Dreyfus, com Mário de Andrade, que assumia a primeira gestão do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (Valentini 2013). Para saber mais sobre essas experiências conjuntas, ver os trabalhos de Lélia Coelho Frota (Soares), Silvana Rubino, Flávia Toni, Fernanda Peixoto e Marta Amoroso, arrolados na bibliografia.

ções, fichários, mapas – recorrendo à remessa de informações por colaboradores profissionais ou leigos, e à reunião de materiais já existentes, porém dispersos.

O delineamento desse laboratório imaginado nos mostra o panorama da antropologia que atrai o novo praticante. Lévi-Strauss sugere, por exemplo, que um teste, em São Paulo, dos estudos realizados por Boas sobre as modificações dos corpos dos filhos de imigrantes nos Estados Unidos permitiria verificar as hipóteses de Boas sobre as influências ambientais sobre os tipos raciais, incorporando novas variáveis de análise, como a tipagem sanguínea. Os estudos de antropologia física entre povos indígenas, utilizando esse marcador e a “mancha mongólica” sob investigação no Museu do Homem, permitiriam uma revisão das teorias sobre o povoamento do continente norte-americano.⁸ Finalmente, um extenso mapeamento e catalogação das fontes documentais sobre o Brasil e as Américas permitiria compreender as dinâmicas da cultura ao longo da história do continente e rever as teorias do momento sobre a transmissão e a mudança cultural, além de tocar grandes questões da antropologia como a do totemismo e a do parentesco – preocupações que, como se sabe, ganharão importantes desdobramentos em sua obra posterior.⁹

O fichário concebido como centro operacional do Instituto de Antropologia organizaria esse campo de questões por meio do isolamento de traços físicos ou culturais localizados em arquivos, em bibliografia ou em campo, e de uma posterior reconstrução descritiva das dinâmicas entre culturas e raças no tempo e no espaço. Esse procedimento dispõe no francês de um termo descritivo, *dépouillement*, difícil de traduzir para o português (escrutínio? apuração? contagem? levantamento? despojo?), mas que conota de imediato duas das ideias fortes no delineamento do ofício antropológico como um esmiuçar criterioso de um grande volume de informações, e a de que este esmiuçar se faz pelo processamento, ou pela conversão do material de origem em outro formato, comparável e classificado – também ele organizado em formato de tabela ou catálogo.¹⁰

O primeiro objetivo de se estabelecer este controle seria tomar pé da distribuição das culturas e raças americanas e de suas variações no tempo e no espaço: “Para cada técnica, cada crença, cada rito, cada modo de vida, cada tipo antropológico, etc., o Instituto estabeleceria um Atlas no qual mapas do continente americano mostrariam as zonas de distribuição e as variações de densidade” (Lévi-Strauss 1935: 256). O tratamento das culturas e dos caracteres biológicos é feito em um mesmo registro epistemológico, afim ao das ciências biológicas, que coloca como passo fundamental — porque parte constituinte do próprio objeto da disciplina — o mapeamento geográfico de traços, tipos e aspectos¹¹ referentes a raças ou culturas, com vistas à determinação dos “agrupamentos humanos” objetivos (uni-

8 Questões entre as quais ele passeia no texto de *Saudades do Brasil* (1994).

9 Em *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1949) e *O Totemismo Hoje* (1962).

10 O que imediatamente nos faz pensar nas observações de Michel Foucault sobre a importância desse dispositivo na interface entre o saber científico e a governamentalidade. A preocupação com a constituição no Brasil de bases de dados para a pesquisa social não era só de Lévi-Strauss. Na cidade de São Paulo, a Divisão Histórica de Documentação Social do Departamento de Cultura, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia ensaiavam movimentos de aproximação mútua na produção de conjuntos documentais, visando informar o que se chama hoje política pública (ver Kantor; Maciel; Simões 2001: 14).

11 Ou, na excelente definição de Mauro Almeida, referindo-se aos objetivos da antropologia de Franz Boas: “signos-palavras (lingüística), signos-corpos (antropologia física), signos-artefatos (arqueologia), signos-costumes (antropologia cultural)” (Almeida 2003: 10). A dívida intelectual de Lévi-Strauss para com Boas, Lowie e Kroeber, embora tenha sido reconhecida reiteradamente pelo próprio, é pouco estudada e mereceria maior aprofundamento.

dades em princípio inconscientes por parte dos indivíduos). Este projeto, muito atento à antropologia que precede a Segunda Guerra, possibilita a estruturação do laboratório em torno do fichário e da cartografia, que confeririam materialidade à classificação, catalogação e sistematização histórica e geográfica dos aspectos de interesse da disciplina.

A constituição dessa extensa (diríamos hoje:) base de dados dependeria de uma instituição sólida e de uma divisão do trabalho científico bem definida, em que uma categoria de funcionários cataloga as informações declaradas significativas e classificadas segundo critérios delineados por especialistas, e outra transforma esses conjuntos de fichas em mapas, que retornam por fim aos especialistas para reformulações teóricas. Lévi-Strauss explica também que a produção do fichário teria valor didático, uma vez que os “funcionários naturais” a classificarem e catalogarem os materiais seriam os estudantes do Instituto e das seções conexas da Faculdade, cujo manejo desse recurso disciplinador lhes inculcaria não apenas “os conhecimentos necessários”, mas também “o espírito metódico, mais indispensável ainda” (ibidem: 255).

A prática mais evidente – e evidenciadora – na série de transformações realizadas nesse laboratório antropológico imaginado seria, como dissemos, a cartografia racial e cultural. O mapa é dispositivo no duplo sentido de realizar a transformação da biblioteca numa representação das raças e culturas ali (re)construídas, e de dispô-las à vista com grande eficácia, como que num só golpe. A principal referência mencionada para esse tipo de trabalho é o africanista alemão Leo Frobenius. Assim como na figura do etnógrafo que ouve a cartomante em “A estrutura dos mitos”, o trabalho do etnógrafo adquire aqui a qualidade de uma imagem modelar para a pesquisa também em gabinete.

[...] Todas essas operações supõem a colaboração ativa do etnógrafo. A este pediremos a colheita dos fatos que nos competirá integrar nas sínteses mundiais e nos servirão para confirmar ou invalidar as grandes classificações atualmente propostas. Dar-lhe-emos, em troca, as hipóteses gerais, formuladas às vezes a propósito de culturas ou regiões diferentes daquelas a que se dedica e que podem facilitar-lhe a investigação, não raro penosa, através da desordem dos fenômenos particulares (ibidem: 256).

Lévi-Strauss valoriza no texto os “métodos pacientes e modestos” dos etnógrafos, e esses atributos morais são recorrentes também nas aulas de Dina Dreyfus, sua primeira esposa, no Curso de Etnografia por ela organizado no ano seguinte (1936) junto ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo a convite de Mário de Andrade, e que dá origem à Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF, 1937-1939), de que ela foi Secretária, e cujos Estatutos foram redigidos por Lévi-Strauss.¹² Tanto no Curso quanto na Sociedade, Dreyfus se dedicou à concepção de um fichário compartilhado que contemplasse informações mínimas para um estudo científico. Para isso, ela se baseava nos modelos de inquérito antropológico distribuídos a funcionários coloniais e missionários por instituições impor-

12 Também Mário, aliás, mais tarde reconhece a contribuição dos professores estrangeiros nas universidades para a formação de uma nova geração de intelectuais na transmissão de valores como o rigor e a lentidão: “[...] uma mentalidade mais sábia que desistiu do brilho e da adivinhação. [...] E por isso não me desagradava a modesta consciência técnica com que a escola de São Paulo se afirma em sua macia lentidão, na pintura como nas ciências sociais, ajuntando pedra sobre pedra, amiga das afirmações bem baseadas, mais amorosa de pesquisar que de concluir” (Andrade 1941: 186).

tantes da época. Inseridas em fichas-padrão – com vocabulário controlado! – para consulta comum, elas figuravam uma mudança de paradigma nos estudos sobre a cultura brasileira, não simplesmente teórica, mas de estruturação e formalização institucional.

Se o arquivo de quadros mitológicos sonhado em 1955, como projeto que exige certos recursos e institucionalidade, se apresenta aqui como transformação do projeto do fichário cultural e biológico ao qual Lévi-Strauss se endereça em 1935, este último modula, ele mesmo, o formato precedente do museu e das coleções de cultura material, que começa a perder território na década de 1920 para o paradigma estrutural-funcionalista.¹³ As fichas desenvolvidas por Dreyfus se dirigem sobretudo à qualificação do trabalho de campo pelos participantes da SEF, e a articulação necessária à construção de um catálogo de uso coletivo não se realizou durante a curta duração do projeto. De todo modo, não se trata em nenhum desses casos de sucessão paradigmática no sentido kuhniiano de substituição, pois essas modalidades do laboratório antropológico seguirão em uso em diferentes contextos e para diferentes finalidades investigativas. A falta de menção a coleções etnográficas no Instituto de Antropologia Física e Cultural, aliás, parece antes de mais nada evitar disputas, fosse com o Museu Paulista, fosse com o ainda embrionário Museu Etnográfico da Universidade constituído por Plínio Ayrosa, com o qual Lévi-Strauss colaboraria doando peças diversas.¹⁴ De resto, aqui interessam menos os materiais e conjuntos de origem – sejam eles objetos em coleções, livros em bibliotecas ou documentos em arquivos – que os instrumentos e operações que os conectam.

A primeira e mais bem-sucedida iniciativa da Sociedade de Etnografia e Folclore fundada em 1937 foi, seguindo o mesmo programa cultural-difusionista, a produção de mapas folclóricos. Retornando da França, onde exibiram as coleções reunidas para o Museu do Homem junto aos Kadiwéu e aos Bororo, Dina Dreyfus e Lévi-Strauss trouxeram consigo o convite para que a agremiação científica que organizavam junto de Mário de Andrade participasse do Congresso Internacional do Folclore realizado em Paris naquele ano.¹⁵ Em poucos meses, uma equipe que reunia o quadro técnico do Departamento de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da Prefeitura a professores e alunos dos cursos de Ciências Sociais da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política formulou e distribuiu milhares de questionários pelo Estado de São Paulo e recebeu cerca de oitocentas respostas. Tabuladas, elas deram origem a mapas de distribuição tratando separadamente de danças folclóricas, de tabus alimentares, e da prática de cura do terçol usando um anel ou aliança de ouro.

Os mapas foram impressos em material transparente, de modo a permitir por sobreposição a observação comparada da disseminação de cada um desses aspectos culturais. O levantamento operacionalizava, assim, o traço ou aspecto como unidade mínima dos compósitos culturais, cujo exame suscitava hipóteses sobre sua difusão e sua articulação com outros traços na conformação de áreas cul-

13 Edmund Leach, nota ambas passagens em ensaio clássico das aproximações anglo-saxônicas à análise estrutural do mito, observando que o paradigma funcionalista, ao ler o mito em estreita conexão com o contexto etnográfico, põe em ostracismo as “coleções” de “mitos literários” à moda frazeriana (Leach [1961] 1970: 49).

14 Encontra-se em Grupioni (1998) um rastreamento das peças destinadas por Lévi-Strauss ao Museu de Etnografia da USP que se perderam ao longo das décadas.

15 O Congresso Internacional do Folclore foi uma das atividades da Exposição Universal de 1937, e foi organizado por Georges-Henri Rivière, fundador do Museu das Artes e Tradições Populares – que na época funcionava junto ao Museu do Homem.

turais de relativa homogeneidade. No curso de etnografia, também Dina Dreyfus indica o mapeamento e a história cultural como horizontes de trabalho; antes que se pudesse estabelecê-las com justeza, os mapas mostravam ainda oportunidades concretas de pesquisa, de recrutamento de participantes correspondentes (chamados “delegados”), e de iniciativas de preservação do patrimônio.¹⁶ Ao mesmo tempo que se desenhavam as fichas que alimentariam o arquivo visualizado por Mário de Andrade para o Departamento de Cultura, se construía modelos de fichas para o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de cuja concepção Mário participou.

Enquanto eram desenvolvidos tais trabalhos coletivos, Lévi-Strauss se debruçava, ao mesmo tempo seduzido e desconfiado, sobre o poço escuro das hipóteses sobre a história cultural dos povos ameríndios. Em entrevista após sua expedição ao Mato Grosso, Lévi-Strauss relata ter se interessado pelos ornamentos faciais das mulheres kadiwéu – que ele provavelmente conhecera pelos desenhos de Guido Boggiani – por ver neles a imagem de uma sociedade muito sofisticada que se teria perdido no tempo. No seu primeiro artigo etnográfico sobre os Bororo (1936), ele procura se restringir ao presente etnográfico, sem, no entanto, deixar de aventar pontualmente hipóteses de ordem histórica para as “contradições aparentes” na organização social descrita. No ano seguinte, em conferência sobre as bonecas Karajá que adquiriu em excursão de carro feita com Pierre Monbeig e Fernand Braudel à Goiás, traça um panorama de hipóteses para a origem histórica do “desenvolvimento excessivo da parte inferior do tronco” das figuras, que vão da cultura aurignaciana europeia aos bosquímanos africanos, e ao México, infelizmente sem que a transcrição de sua fala no *Boletim* da SEF apresente em mais detalhe o encaminhamento do problema. Em artigo publicado na *Revista do Arquivo Municipal* paulistana nesse mesmo ano, ele publica um exercício de dúvida e rigor na tréplica de um debate com os argentinos Duncan e Emilio Wagner sobre materiais arqueológicos da chamada cultura chaco-santiaguena, recorrendo aos argumentos de Boas e Kroeber para questionar a influência mediterrânea antiga hipotetizada como “aplicação mecânica e rígida do método difusionista”. As linhas de força que deixam marcas nas culturas ao longo do tempo e o problema de como abordá-las são, desse modo, importantes entre suas cogitações, e marcam também seu ensino na USP, onde pede que seus alunos estudem documentos históricos sobre a cidade, observação em menor escala que ele recuperará em *Tristes trópicos*.

Quando da publicação de “A estrutura dos mitos”, vinte anos mais tarde, Lévi-Strauss já empreendera uma refiguração da diferença racial e cultural em *Raça e história* (1952) e se dedicava ao desenvolvimento da ideia de um olhar para relações, em vez de termos ou unidades, que se modificam de maneira sistêmica no tempo e no espaço, e de trabalhá-las pelo recurso à oposição, mais que à semelhança. Estas chaves da abordagem estruturalista alteram de modo fundamental a concepção das culturas como todos dotados de fronteiras geográficas e históricas, e compostos de partes que podem ser mais ou menos coerentemente integradas, transformando a mapoteca de distribuições correlatas de traços culturais depositada no laboratório antropológico numa mapoteca de quadros organizando sistemas de variantes de mitos. O “quadro” do mito proposto em 1955 implica, como o mapa cultural,

16 O resultado dessa pesquisa foi, aliás, considerado positivo, ao revelar, num contexto que já se imaginava varrido pelo “progresso”, a possibilidade de se fazer trabalho de campo sobre danças e folguedos de matriz africana ou indígena em excursões a localidades não tão distantes quanto o Nordeste, que era o território etnográfico preferencial das pesquisas de Mário e foi percorrido no ano seguinte pela Missão de Pesquisas Folclóricas financiada pelo mesmo Departamento de Cultura.

uma sistematização regressiva em uma tabela classificatória, mas nele é outra a matemática em jogo: do traço isolado, contabilizado e distribuído no mapa cultural-difusionista, passamos a jogos inteiros de relações e oposições esquadrihados e superpostos na passagem entre versões de narrativas e entre culturas. Lévi-Strauss aborda essa mudança em “*Les mathématiques de l’homme*” (1955b) sob o ângulo da crítica de uma ciência social de baixa capacidade preditiva, porque limitada aos recursos da mensuração demográfica e da definição de densidades e distribuições (o que, no caso dos procedimentos difusionistas, refere-se não a pessoas, mas aos traços tratados como sinais no mapa), e não às relações e diferenças concretas que organizam as populações consideradas. Trata-se de substituir operações que produzem homogeneidade por outras que articulem e interpelem sistemas de diferenças.

Para abstrair os aspectos puramente quantitativos dos fenômenos populacionais, os demógrafos são obrigados a empobrecê-los. As populações de que eles tratam têm uma relação distante com as populações reais; elas se compõem de indivíduos assexuados, aos quais se confere, indistintamente, a capacidade de se reproduzir: a consideração dos casais já de saída complicaria demais o problema. As sociedades do demógrafo são, assim, conjuntos artificialmente tornados homogêneos, os traços mais fundamentais de sua estrutura são ignorados, ainda que, a cada vez que a observação global de uma sociedade é possível (como nos estudos etnográficos, em razão das pequenas dimensões dos grupos habitualmente considerados), a conduta real da população se conforma bem pouco aos modelos abstratos dos demógrafos. Estes modelos não encontram seu valor, senão na condição de se situar numa escala bem mais vasta (Lévi-Strauss [1955b] 2004).

O procedimento demográfico – homogeneizante – era exatamente o da Sociedade de Etnografia e Folclore em 1937, embora em vez da reprodução de pessoas se verificasse a distribuição e a vitalidade da reprodução de culturas tradicionais. Os fichários que localizavam as ocorrências por região, etnia e data permitiam, do ponto de vista culturalista, agregar em todos culturais elementos dispersos em fontes diversas, e a partir desses conjuntos pensar trocas e dispersões. Para essa forma de trabalho, a SEF estava inspirada em instrumentos como as *Notes and Queries in Anthropology* do Royal Anthropological Institute, assim como nos questionários do Bureau of American Ethnology e nos cursos de Marcel Mauss no Institut d’Ethnologie.

Parece que nos aproximamos, na passagem entre estas duas modelagens da pesquisa antropológica, do que Manuela Carneiro da Cunha (2008) chamou de “difusionismo sui generis” da obra de Lévi-Strauss. Segundo ela, com o modelo da fórmula canônica do mito, a difusão entre complexos culturais perde o valor explicativo que tinha no projeto culturalista, mas não deixa de ser uma constatação – e, eu acrescentaria, uma lição jamais abandonada de Boas, Kroeber e Lowie. Este procedimento é indispensável ao método estrutural, constituindo um pressuposto da construção das *Mitológicas*, na medida em que conforma o trânsito da análise entre limiares de descontinuidade linguística e cultural.¹⁷ Com isto, a fórmula canônica permite a Lévi-Strauss transitar pelas Américas, como ele parecia seduzido a fazer já nos anos 1930, por meio do que Carneiro da Cunha (2008: 116) chama “difusão estrutural”.

17 Na excelente formulação de Carneiro da Cunha, a pergunta respondida pela fórmula canônica é: “O que ocorre na interface de duas sociedades?” Recomendo a leitura do texto para uma qualificação muito precisa desta transformação do difusionismo em Lévi-Strauss. Para uma recuperação sistemática da fórmula canônica, ver Mauro Almeida (2009) e, como comentário etnográfico, Peter Gow (2014).

A dupla torção da fórmula canônica, que permite transpor um limiar, permite não só a difusão para além de uma área linguística e cultural, mas também renova o vigor de um mito que se estava exaurindo. Esse duplo salto mortal é portanto o contrário do difusionismo à moda antiga. Este imaginava-se ao modo das ondas sucessivas e isomorfas que provoca uma pedra lançada na água. À medida que se afastam de seu ponto de partida, essas ondas perdem sua nitidez inicial e vão se apagando até se tornarem imperceptíveis. Aqui, ao contrário, não há isomorfismo: os empréstimos são por definição torcidos e até duplamente torcidos. Por um lado, eles se distinguem de sua fonte pelas injunções ao mesmo tempo culturais, ecológicas e simbólicas bem como pela obrigação de se integrarem em um sistema. Por isso aliás é que é preciso um faro realmente detetivesco para reconhecê-los. Por outro lado, contrariamente a um enfraquecimento diretamente proporcional à sua distância (cultural, espacial ou temporal) da fonte, ou seja, do centro histórico de difusão, a passagem do limiar permite-lhes – “frequentemente”, diz Lévi-Strauss [...] – recuperar um vigor que estava se perdendo. (ibidem: 120)

À luz da formulação do conceito de cultura como sistema e da institucionalidade necessária à realização do projeto de uma antropologia, se não “de gabinete”, “de fichário”, não parece à toa que Lévi-Strauss tenha em 1955 publicado “A estrutura dos mitos” no *Journal of American Folklore*, periódico norte-americano dirigido durante dezesseis anos por Franz Boas e outros quatorze por Ruth Benedict – relação aliás marcada na própria epígrafe do texto.¹⁸ Não apenas o horizonte de descrição de complexos culturais, mas também o propósito de apresentação de um método replicável e especialmente apropriado para equipes em estruturas de investigação bem aparelhadas parece mais afim ao ambiente com o qual interage em Nova Iorque, que ao meio universitário a que ele retorna, na França.¹⁹

Em sua conotação de projeto frustrado no berço, aliás, “A estrutura dos mitos” ecoa ainda uma vez o projeto do Instituto de Antropologia Física e Cultural. Este Lévi-Strauss menor nos permite observar, por trás da grandiosidade de um projeto intelectual ambicioso e de suas realizações e repercussões, também um projeto de antropologia. O que vemos nos fichários imaginados é uma disciplina de tradução e redução: das interações e técnicas em campo para o registro; dos registros que devem ser modelados para dialogarem entre si; das diferentes etapas de análise e comparação umas às outras, resultando em mapas de escala variável, entre os quais é preciso sistematicamente sopesar continuidades e contrastes. Aqui, o instrumento adequado para a realização desse projeto, por assim dizer, multitradutório e multiescalar é o fichário, que confere a essa grande tarefa uma sistematicidade material.

18 Reproduzo aqui, conforme a edição brasileira mais recente, em tradução de Perrone-Moisés: “Dir-se-ia que os universos mitológicos estão fadados a serem pulverizados assim que se formam, para que novos universos nasçam de seus destroços”. O trecho vem de introdução ao trabalho de James Teit, *Traditions of the Thompson River Indians of British Columbia* (1898).

19 Pesam, além disso, as situações econômicas e políticas contrastantes dos Estados Unidos e da França no pós-guerra; aquele ainda em vertiginosa ascensão geopolítica, esta se recuperando do conflito e se aproximando do intenso processo de descolonização. O lugar central da biblioteca na produção do conhecimento e a reprovação à precariedade dos laboratórios franceses perduram, a muitas décadas de distância, em denúncia de Bruno Latour e Émilie Hernant (2004): “A biblioteca não se ergue como o palácio dos ventos, isolado numa paisagem real, excessivamente real, que lhe serviria de moldura. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de dispatcher, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente. [...] Talvez o leitor compreenda por meio desse périplo o que os pesquisadores franceses perdem por não se terem beneficiado, até agora, de uma verdadeira biblioteca, e o crime cometido contra o espírito por uma nação que se considera, no entanto, muito espiritual”.

O Laboratório, enfim

Esta apresentação dos laboratórios imaginados por Lévi-Strauss exige que tratemos de algum modo daquele que acaba por se atualizar na trajetória de Lévi-Strauss, o Laboratório de Antropologia Social (LAS) do Collège de France, fundado em 1960. A dificuldade de tratar dessa experiência que já envolve duas ou três gerações de pesquisadores é certamente bem maior que a de falar dos quadros sucintos que recortei até aqui. No entanto, podemos tratar do LAS em sua modalidade de espaço imaginado, e nos concentrar no fato de que também ali um fichário adquire um lugar de centralidade, embora de modo inesperado. Para isso, trazemos um texto do europeísta Isac Chiva publicado no *Cahier L'Herne* dedicado a Lévi-Strauss em 2004, e alguns dos materiais reunidos no número especial da *Lettre du Collège de France* publicado em novembro de 2008 por ocasião de seu centenário.²⁰ Esses materiais comemorativos nos oferecem, em diferentes recortes e em textos de membros do LAS, elementos que de fato conectam essa experiência à visão duradoura do laboratório antropológico que acompanhamos. A europeísta Nicole Belmont²¹ nos mostra um Lévi-Strauss, por assim dizer, vestido de jaleco ao apresentar o Laboratório na revista *Sciences*, em 1967:

Alguns se surpreenderam com a aplicação do termo laboratório a um centro de ciências humanas. Adotá-lo, contudo, não foi ceder à moda ou ao gosto pela pretensão. Segundo a etimologia, um laboratório é antes de mais nada um lugar onde se trabalha. E basta penetrar o nosso para constatar que os métodos da pesquisa etnológica adquirem hoje um estilo que os aproxima daqueles dos setores mais avançados (Lévi-Strauss apud Belmont 2008: 62).

O exercício de memória de Belmont nos mostra que essa afinidade de estilo se traduzia no próprio espaço do LAS e remetia diretamente à figura do homem de ciência do século XIX. Lévi-Strauss narra a Didier Éribon, em *De perto e de longe* (1988), sua visita de candidatura, em 1959, ao titular da cadeira de Geologia, no espaço que anos mais tarde seria o do laboratório:

Senti uma pontada no coração. Em nenhuma outra parte, pensei, eu gostaria mais de passar meus dias do que naquele lugar espaçoso, silencioso, secreto, conservado exatamente como se podia imaginar um local de trabalho coletivo em meados do século XIX. Para mim, aquilo era o *Collège de France*, para onde eu aspirava entrar: a casa de Claude Bernard, de Ernest Renan...

[...]

Quando saímos da avenida de Iena e da velha mansão de Émile Guimet [*o Musée Guimet, museu francês das artes asiáticas, primeiro endereço do LAS*], onde estávamos instalados provisoriamente, para tomar posse do lugar, os preciosos móveis de mogno, as coleções mineralógicas foram levados para Meudon, para as propriedades legadas ao Collège por Marcelin Berthelot. Arrumamos nossa biblioteca em uma das duas salas, e o Centro de Documentação de Etnologia Comparada (nome que havíamos dado aos milhões de fichas dos *Files* vindos de Yale), na outra. Infelizmente, era

20 Disponível em <http://lettre-cdf.revues.org/205>

21 Que, aliás, se debruçou não só sobre sociedades tradicionais europeias, mas de modo especial sobre os trabalhos de Arnold Van Gennep e de James Frazer, dois praticantes importantes do dito trabalho de gabinete.

necessário fazer algumas divisórias, principalmente no andar da água-furtada, para lá instalarmos compartimentos individuais. Seria impossível trabalhar na sala comum, com o ruído das máquinas de escrever e das conversas. Mas eu quis que pelo menos o gabinete do professor permanecesse intacto, com seus armários-biblioteca antigos, e que seu revestimento de madeira fosse pintado imitando carvalho: trabalho artístico, que onerou um pouco orçamento. Aliás, a reforma do conjunto não era supérflua: não o pintavam havia 24 anos.

Belmont conta que, já na sua primeira alocação num anexo do Musée Guimet, a maior sala do Laboratório abrigava os *Human Relation Area Files* (HRAF) organizados em Yale pela equipe de George Murdock – interlocutor de Lévi-Strauss em estudos sobre sociedades indígenas norte-americanas e sobre o parentesco. Em carta a Marcel Bataillon datada de 1962 e recuperada por Marion Abelès (2008: 66), responsável pela biblioteca e pelos arquivos do LAS, Lévi-Strauss afirma que o próprio laboratório

foi inicialmente concebido e organizado em torno desse centro [...] instrumento científico comparável, no plano das ciências humanas, ao que podem ser um telescópio ou um microscópio eletrônico, no domínio das ciências naturais.

Na *Revue de l'enseignement supérieur*, Lévi-Strauss assim descreve o arquivo, em 1965 – uma façanha, diga-se, para os tempos que precedem a rotinização da informática:

Trata-se de um conjunto de peças documentais cujo número atingirá em breve os dois milhões (cem mil peças em média vindo a cada ano enriquecer o fichário), reunindo, em folhas independentes, a matéria de muitos milhares de livros e artigos, uma amostra, também em regular crescimento, de trezentas populações distribuídas por todo o mundo [...]. Estas páginas desconjuntadas, reproduzidas fotograficamente, foram ainda codificadas linha a linha. Cada uma das linhas remete, portanto, a uma ou mais rubricas analíticas, classificadas separadamente em ordem geográfica ou sistemática. O conjunto forma um vasto índice sistemático de muitos milhares de entradas, para os quais a matéria correspondente pode ser mobilizada em alguns instantes. Toda hipótese de trabalho sobre a existência de uma correlação, positiva ou negativa, entre uma ou mais variáveis, pode assim encontrar um início de verificação. [...] Recebendo a todos anos a contribuição de dezenas de autores de teses de pós-graduação [*de troisième cycle*], da universidade ou do Estado, o fichário do Centro Documental de Etnologia Comparada, gerido por um pessoal especializado, certamente poupou a todos semanas, senão meses, de fastidiosos *dépouillements* nas bibliotecas.²²

Tratava-se da única cópia do arquivo na Europa, adquirida pela Unesco, de cujo Conselho Internacional das Ciências Sociais Lévi-Strauss foi secretário-geral no período em que estava associado à Seção de Ciências Religiosas da École Pratique des Hautes Études. A aquisição dos *Files* e a extensa trama institucional para a consolidação do LAS como um laboratório que fornecesse condições de trabalho aos pesquisadores – descrita em maior detalhe por Isac Chiva – estendem, desse modo, questões e re-

²² Os HRAF hoje estão disponíveis pela internet, e a perspectiva de universalização de hipóteses foi atualizada para a ideia de *cross-cultural research*; a estruturação da informação e sua lógica de consulta e uso em teste de hipótese, contudo, continua a mesma. Ver o site hraf.yale.edu.

lações constituídas nessa rede anterior. Foi, por exemplo, sob os auspícios do Conselho da Unesco que aconteceu o seminário sobre os usos da matemática nas ciências sociais que deu origem ao texto “*Les mathématiques de l’homme*”. Quando o Laboratório sai do Museu Guimet para o espaço no Collège de France, os *Files* de Yale ganham lugar de ainda maior destaque: “a maior das salas, aquela pela qual se entrava no laboratório e que dava a impressão de penetrar uma floresta densa de arquivos [os móveis] cinza-esverdeado” (Belmont 2008: 63).

Não sabemos se Lévi-Strauss tinha notícias dos *Files* de Murdock quando ele descreveu o fichário antropológico americano que imagina para a USP; sabendo de sua dedicação em se manter a par das publicações antropológicas da época, é possível que ele tenha visto notícias do trabalho que se iniciara no mesmo ano de 1935 para a construção de um sistema que, como ele viria a dizer em 1967, notando a matriz teórica estruturante desse catálogo, se destinava à “verificação da presença ou ausência de correlação entre certos traços culturais”. Assim, embora o LAS não tenha se constituído simplesmente como arquivo, mas como um centro de pesquisa mais horizontalizado, articulado sobretudo pela realização de seminários periódicos, a aquisição dos HRAF constitui uma espécie de atualização das quimeras de 1935 e 1955. A adoção de um arquivo cuja classificação se centra na noção de uma descrição das culturas, e não na modelagem estruturalista proposta em 1955, parece aliás ampliar seu alcance, permitindo manejos mais variados do fichário por pesquisadores de outras instituições, disciplinas e afinidades teóricas.²³

Vê-se que o suporte ficha (ou “carta”), nestes três momentos da trajetória de Lévi-Strauss, organiza certo projeto de antropologia laboratorial, condensando um número de procedimentos de produção e teste de hipóteses. A ficha de uso coletivo se presta à imaginação destas formas do rigor na medida em que exige uma inteligibilidade compartilhada, e que sua modelagem demanda processos de evidenciação e defesa específicos; como no texto de 1955, a apresentação do artefato e a explanação de sua fundamentação teórica não caminham uma sem a outra. A vocação primordial do fichário para o mapeamento exaustivo da informação e de possibilidades de pesquisa no Brasil entre as duas guerras, com forte conotação de salvamento e memória social, aos poucos perde espaço para outras lógicas de rigor científico – embora, como se sabe, não desapareça do projeto antropológico, nem do lévi-straussiano. Nas séries de grupos de transformação da proposta estruturalista, a listagem se modula em direção da produção de informação operável em sistema, enfatizando o efeito tão bem sintetizado por Gregory Bateson na sua célebre definição de “diferenças que fazem diferença”. Também os *Human Relations Area Files* se desdobram na idéia de produção de um campo de diferenças como meio de teste de generalizações, mas ainda organizado conforme a lógica estatística da amostragem representativa. A lógica populacional e governamental de sua fundamentação lhe confere uma tradutibilidade mais imediata para seu manejo por pesquisadores de outras inclinações teóricas.

Esta imaginação laboratorial também pode se constituir como um campo de contraste útil para observar as formas de evidenciação e trabalho coletivo em jogo na antropologia hoje. Mas, nos

23 Embora uma das equipes do LAS, segundo o relato de Isac Chiva (2004: 72), estivesse de fato dedicada à análise estrutural dos mitos. Chiva observa também que o HRAF era muito criticado pela excessiva redução que operava nos materiais de origem; Margaret Mead o teria qualificado de “*instant anthropology like instant coffee*” (“antropologia instantânea, como café solúvel”) (ibidem: 74).

limites deste artigo, falta voltar ao que Lévi-Strauss se refere como “o oposto de um método (...) o meio de ter idéias imprevistas”.

O oposto de um método

“O meio de ter idéias imprevistas” recebeu de Charles Sanders Peirce o nome de abdução: “[a] *bduction is the process of forming explanatory hypotheses. It is the only logical operation which introduces any new idea*” (Collected Papers 5.172). A noção de abdução, referente ao primeiro momento de extrair idéias para a solução de um problema, mas sem saber exatamente sua operação até exame posterior que as valide – o que tem se chamado inferência não dedutiva – é, por sua própria definição, de imagem nebulosa, sendo referida sobretudo por uma figuração da gênese intelectual. O próprio Peirce afirma que ela abrange “*all the operations by which theories and conceptions are engendered*” (CP 5.590). O procedimento modelar de abdução localiza a relação entre o fato e a explicação, mas não o modo como esta surge em primeiro lugar:

The surprising fact, C, is observed.
But if A were true, C wo'uld be a matter of course.
Hence, there is reason to suspect that A is true.

No mesmo texto de homenagem em que Manuela Carneiro da Cunha localiza a passagem do difusionismo cultural à fórmula canônica do mito,²⁴ ela afirma que Lévi-Strauss localiza a ideologia ameríndia do “desequilíbrio perpétuo que está na origem das transformações e do movimento” por abdução, “método que Peirce já havia mostrado ser propício à solução de enigmas policiais” (Carneiro da Cunha 2008: 120). A fabulação de explicações plausíveis para um fenômeno observado é, de fato, a prática absorvente do Auguste Dupin, de Edgar Allan Poe, e de Miss Marple e Hercule Poirot, de Agatha Christie, e nos leva de volta à sensação de “deduções vindas não sabemos de onde”, e ao mesmo tempo de astúcia, perspicácia e lógica inescapável, que já localizamos como efeitos encantatórios – e ambíguos – do texto lévi-straussiano.

Mas será o uso doméstico das fichas, como diz Lévi-Strauss em modesta ironia, “o oposto de um método”? É possível que, nos termos da consistência com que ele procura estabelecer o método de análise estrutural, os momentos de reunião de elementos sem conexão inicial aparente se mostrem mesmo como bagunça. No entanto, duas das imagens mais produtivas de seu pensamento dizem de fato de uma desordem à primeira vista que, após exame, se revela como o produto inesperado de uma “dialética sem síntese”: o termo que sofre a dupla torção da fórmula canônica ao atravessar um limiar linguístico-cultural – revelando-se indomável ao quadro de transformações delineado pelo analista de um grupo de transformações – e a *bricolage*.

O pensamento mítico e a bricolagem vêm articulados como sistemas dotados de uma abertura na seguinte passagem de *O pensamento selvagem* (1962) como artes do manejo de objetos heteróclitos.

24 Passagem, aliás, entre passagens – entre dois modos de se atravessar a descontinuidade entre línguas, ambientes e culturas.

Assim como a bricolagem no plano técnico, a reflexão mítica pode atingir, no plano intelectual, resultados brilhantes e imprevistos [...] [*o universo instrumental da bricolagem*] é fechado, e a regra de seu jogo é de sempre se arranjar com “os meios à disposição”, quer dizer, um conjunto sempre finito de utensílios e materiais, além do mais heteróclitos, pois a composição do conjunto não está ligada ao projeto do momento, e nem, aliás, com nenhum projeto em particular, mas é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentaram para renovar ou enriquecer o estoque, ou de fazê-lo ter com os resíduos de construções e de destruições anteriores.

A memória dos diferentes usos acumulada no instrumental manejado pelo *bricoleur* parece produtiva para pensar a própria translação de Lévi-Strauss entre os diferentes projetos e procedimentos de antropologia que conformam os modelos de ficha/fichário aqui observados – incluindo o fichário pessoal do pesquisador, este onde se gestam as modelagens possíveis cuja apresentação pública estabelece o campo de demonstração de rigor. Neste imaginário da gênese do conhecimento antropológico, talvez haja algum paralelismo entre a distinção entre signo e conceito e os seus impasses, modelados na comparação do *bricoleur* com o engenheiro. Não é secundário que o terceiro do signo peirciano – o interpretante – seja um participante fundamental e enriquecedor desta gênese.

A diferença não é, portanto, tão absoluta quanto a estaríamos tentados a imaginar; ela permanece real, contudo, na medida em que, com relação às restrições que resumem um estado de civilização, o engenheiro busca sempre à abrir um caminho e se situar além, enquanto que o *bricoleur*, por bem ou por mal, permanece aquém, o que é outro modo de dizer que o primeiro opera por meio de conceitos, e o segundo por meio de signos. No eixo da oposição entre natureza e cultura, os conjuntos dos quais eles se servem estão perceptivelmente deslocados. Com efeito, uma das maneiras pelos quais o signo se opõe ao conceito diz respeito ao fato de o segundo se quer inteiramente transparente à realidade, enquanto que o primeiro aceita, e mesmo exige, que certa espessura de humanidade seja incorporada a essa realidade. Consoante a expressão vigorosa e dificilmente traduzível de Peirce: “*It addresses somebody*” (Lévi-Strauss 1962: 30).

O vislumbre do momento da abdução e da implicação do interpretante numa definição peirciana do signo sugere que o fichário pessoal seja um espaço inicial conformado e navegado pelo estudioso conforme ele reúne e ensaia o manejo de elementos heteróclitos – como os objetos reunidos pelo *bricoleur*. Trata-se de uma reunião de elementos ainda interessantes *para si*, porque não submetidos ao longo processo de testagem que se faz necessariamente pela abertura das análises a outros interpretantes. O fichário pessoal permite também ensaiar os efeitos desses elementos e relações sobre esse pesquisador individual quando ele inicia o caminho em direção de efeitos sobre outros elementos e relações – e a outras pessoas.

Também o fichário institucional, embora menos aberto a idiosincrasias individuais, se constrói como um vasto campo de possibilidades analíticas. A incorporação dos *Human Relation Area Files* ao Laboratório de Antropologia Social diz muito da agência de Lévi-Strauss não somente como sujeito-autor em suas obras, ou como homem institucional nas relações evidenciadas nessa aquisição,

mas também naquilo de potencialidade interpretativa que ele abria para muitos outros pesquisadores na Europa (pensemos nos tempos que precediam a internet). Como na distinção entre percepto e conceito, se pode ser produtivo pensar fichas pessoais e fichários coletivos em oposição, convém não esquecer que ambos instrumentos são acionados pelo pesquisador em busca tanto de novas hipóteses, quanto de modalidades de teste.

Penso que os fichários antropológicos descritos por Lévi-Strauss nos permitem qualificar melhor o funcionamento e o potencial do gabinete ou do arquivo, sejam estes espaços individuais ou coletivos, e dos procedimentos que neles transcorrem, e que ao menos desde Malinowski são discursivamente desvalorizados na antropologia, em comparação com seu território mais heroico, o campo, onde se daria a observação participante. As fichas de papel foram, ao menos até a invasão dos computadores no cotidiano das instituições científicas e na vida doméstica, um dos dispositivos de papel pelos quais se podiam manejar as transformações necessárias ao antropólogo – e aliás qualquer consulente de bibliotecas, coleções e arquivos – na produção de seus artefatos teóricos e textuais. A produção de um material de consulta rápida, e de manejo fácil, como parte da atividade de pesquisa produz a disciplina, na medida em que exige um tempo de produção e a definição de uma lógica classificatória e de uma forma descritiva acessíveis ao leitor a despeito de lapsos temporais ou de memória (e não é à toa a potência da metáfora do arquivo em Foucault, sobretudo para sua própria geração). Por outro lado, como nos mostra Lévi-Strauss na conversão do mito em quadro de mitemas, a característica de baralho do fichário permite o ensaio de montagens não-lineares segundo lógicas diversas a título de hipótese, sem que se perca de vista a série de partida.

Num mundo em que cada vez mais nos valem de um aparato digital autoclassificado e autocatalogado para uso dos mecanismos de busca, determo-nos sobre a cultura material em papel em jogo na produção do conhecimento antropológico tem efeitos não apenas sobre a memória da disciplina e dos disciplinamentos de seus praticantes, mas em direção a uma interpretação genética das obras de antropólogos de trajetórias diversas, e engajamentos em diferentes espaços do laboratório antropológico. Quem sabe, os efeitos desta mirada se desdobrem ainda numa maior atenção às antropologias que se valem hoje de um aparato mais recente, o dito digital – que, não nos esqueçamos, é a transformação contemporânea destes dispositivos tão potentes, embora fora de moda: os fichários, arquivos, catálogos, índices, enciclopédias e vocabulários controlados.

Agradeço a Lux Vidal, que me emprestou a Léttre du Collège de France, inspirando esta leitura; a Iracema Dullely, pelo convite a ministrar uma aula sobre a análise estrutural do mito aos alunos de Ciências Sociais da Unicamp. Não custa marcar ainda uma vez a importância de Beatriz Perrone-Moisés como professora, tradutora e comentadora da obra de Lévi-Strauss nesta interpretação. Lux Vidal, Marta Amoroso, Fernanda Peixoto, Christiano Tambascia, Renato Sztutman, Pedro Cesarino, Jamille Pinheiro Dias, Alejandro Fujigaki Lares, Bernardo Curvelano Freire e Gabriel Pugliese Cardoso foram os primeiros somebodies deste ensaio.

Luísa Valentini é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (FFLCH/USP), bolsista Capes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, M. 2008. Le fichier des Human Relation Area Files” *La lettre du Collège de France*. Hors-série: Claude Lévi-Strauss, centième anniversaire. Novembre 2008: 66-67.
- ALMEIDA, M. 2003. Relativismo antropológico e objetividade etnográfica. *Campos* 3: 9-29.
- _____. 2009. A fórmula canônica do mito (versão corrigida). Texto disponível em <https://mwba.files.wordpress.com/2010/03/almeida-2009-a-formula-canonica-do-mito-corrigida.pdf>
- AMOROSO, M. 2004. “Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939) – Modernismo e Antropologia”. In: *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo.
- ANDRADE, M. [1941] 1974. “A elegia de abril”. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. [1943] 1974. São Paulo: Martins.
- BELMONT, N. 2008. Le Laboratoire d’anthropologie sociale. *La lettre du Collège de France*, hors-série 2. Texto disponível em <http://lettre-cdf.revues.org/237>
- CARLINI, A. 1994. *Cante lá que gravam cá: Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. [2008] 2009. Um difusionismo estruturalista existe? Lévi-Strauss e a interface. In: _____. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify.
- CERQUEIRA, V. L. C. 2010a. *Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CHIVA, I. 2004. Une communauté de solitaires: le Laboratoire d’anthropologie sociale. In: IZARD, M. *Cahiers L’Herne – Claude Lévi-Strauss*.
- ÉRIBON, D.; LÉVI-STRAUSS, C. [1988] 2005. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac Naify.
- GOW, P. 2014. Lévi-Strauss’s “double twist” and controlled comparison: transformational relations between neighbouring societies. *Anthropology of this century* 10, may 2014. Disponível em <http://aotcpres.com/articles/lvistrauss-double-twist-controlled-comparison-transformational-relations-neighbouring/>
- GRUPIONI, L. D. B. 1998. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização*

das expedições artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec / Anpocs.

LANNA, M. 2008. A imaginação sociológica inaudita de Lévi-Strauss. *Cadernos de Campo* 17: 263-274.

LATOURE, B. & HERNANT, É. 2004. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina.

LEACH, E. [1961] 1970. Lévi-Strauss in the Garden of Eden: an examination of some recent developments in the analysis of myth. In: HAYES, E. N. & HAYES, T. *Claude Lévi-Strauss: the anthropologist as hero*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

LÉVI-STRAUSS, C. 1955a. A estrutura dos mitos. In: _____. 2008. *Antropologia estrutural*. (Trad. Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Cosac Naify.

_____. 1955b. Les mathématiques de l'homme. *Bulletin international des Sciences Sociales*, 4 (4): 643-53.

_____. 1962. *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

LOYER, E. 2015. Lévi-Strauss. Paris: Flammarion.

MAYBURY-LEWIS, D. [1969] 1970. Science or bricolage? In: HAYES, E. N. & HAYES, T. *Claude Lévi-Strauss: the anthropologist as hero*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

PEIXOTO, F. 1998. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana* 4 (1): 79-107.

_____. 2004. Lévi-Strauss à São Paulo: la ville et le terrain. In: IZARD, M. *Cahiers L'Herne – Claude Lévi-Strauss*.

_____. 2008b. “Visões de São Paulo”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n. 64: 82-95.

PEIXOTO MASSI, F. 1989. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP. 410-59.

PERRONE-MOISÉS, B. 1999. Claude Lévi-Strauss, aos 90. *Revista de Antropologia* 42 (1-2): 09-25.

RUBINO, S. 1995. Clubes de pesquisadores – A Sociedade de Etnografia e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Sumaré.

SAMPIETRI, C. 2009. *A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SANDRONI, C. 1988. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.

_____. 2002. Mário, Oneida, Dina e Claude. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 30: 234-246.

SCHWARCZ, L. K. M. 1989. O nascimento dos museus no Brasil: 1870-1910. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP.

SOARES, L. G. 1983. *Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore, no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1936-1939*. Rio de Janeiro/São Paulo: Funarte/Instituto Nacional do Folclore/Secretaria Municipal de Cultura.

SONTAG, S. [1966] 1970. The anthropologist as hero. In: HAYES, E. N. & HAYES, T. *Claude Lévi-Strauss: the anthropologist as hero*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

TONI, F. C. 1981. "Introdução". In: ANDRADE, M. 1981. *Dicionário Musical Brasileiro*. Coordenação Oneyda Alvarenga, 1982-84; Flávia Camargo Toni, 1984-89. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Ministério da Cultura; São Paulo: IEB/EDUSP.

_____. 1985. *A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo. v. 1.

_____. 2004. A Missão de Pesquisas Folclóricas. In: *Cantos populares do Brasil: a Missão de Mário de Andrade*. Coordenação de Gláucia Amaral; Consultoria de Flávia Camargo Toni. São Paulo: Centro Cultural São Paulo.

VALENTINI, L. 2013. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1939)*. São Paulo: FAPESP/Alameda.

O MEIO DE TER IDEIAS IMPREVISTAS: LÉVI-STRAUSS, FICHAS E FICHÁRIOS

Resumo: Lévi-Strauss fala sobre o uso de fichas e fichários como artefatos mediadores de sistematizações antropológicas desde a sua vinda a São Paulo em 1935 até a fundação do Laboratório de Antropologia Social em 1960. Suas diferentes figurações deste artefato de papel oferecem uma perspectiva rica sobre a produção do saber antropológico, de suas modalidades de hipotetização e teste, e de sua institucionalidade, e figuram a ele, reciprocamente, não apenas como grande autor, mas como homem de instituição. Uma aproximação às noções peircianas de signo e de abdução permite, ainda, vislumbrar uma abordagem genética sobre o conhecimento antropológico, e convidar à consideração do uso de artefatos de papel na produção da evidenciação e do rigor na disciplina.

Palavras-chave: Lévi-Strauss, artefato, história da antropologia, culturalismo, estruturalismo

THE MEANS FOR HAVING UNFORSEEN IDEIAS: LÉVI-STRAUSS, PAPER CARDS AND INDEXES

Abstract: Lévi-Strauss mentions using *fiches* (forms, index cards) and files as artifacts which mediate anthropological systematizations ever since he came to Brazil in 1935, until the foundation of the *Laboratoire d'Anthropologie Social*, in 1960. The different figurations he presents of this paper artifact offer a rich perspective on the production of anthropological knowledge, its modalities of hypothesizing and testing, and its institutionalism, and present him not only in the guise of great author, but also as an man of institution. An approximation to the notions of sign and abduction in the works of Charles Sanders Peirce will also allow a glimpse on a genetic approach on anthropological knowledge, and an invitation for colleagues to consider how different paper artifacts have been used in the processes of evidentiating and rigor in anthropological practice.

Keywords: Lévi-Strauss, artifact, History of Antropology, culturalism, estruturalism

RECEBIDO: 28/11/2017

APROVADO: 28/02/2018